

MESA DIRETORA FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

GEORGE MELO
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Coronel Chagas
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputada Aurelina Medeiros

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Marcelo Natanael

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Erci de Moraes
Deputado Soldado Sampaio
Deputado George Melo

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Jean Frank

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Célio Wanderley
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Remídio Monai

Atos Administrativos

SUMÁRIO	Memorando Circular nº 019/2012	2
	Resoluções de Afastamentos nº 530 a 532/2012	2
Atos Legislativos		
	Ata da 2160ª Sessão Ordinária - Íntegra	2

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
 Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
 Gerente de Documentação Geral

FLAVIA DAYANE DOS SANTOS SILVA
 Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES
 As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS
MEMORANDO CIRCULAR

Memo Circular SUP. ADM. Nº 019/2012
 Boa Vista-RR, 21 de dezembro de 2012

Da: Superintendência Administrativa
 Ilmo Sr(a): Deputados, Superintendentes, Diretores (a), Gerentes, Coordenadores (a) e Assessor (a) da ALE-RR.

De ordem superior, fica decretado ponto facultativo no dia 24 (segunda-feira) do corrente mês e ano neste Poder Legislativo.

Atenciosamente,

AIAS VIANA BENTO

Superintendente Administrativo

**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO
 E SUPRIMENTOS DE FUNDOS**
R E S O L U Ç Ã O Nº 530/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **ELÂNDIA GOMES ARAÚJO**, Matrícula 003029, **FRANCISCO DE ASSIS NÓBREGA DE BRITO**, Matrícula 013429 e **KARLA MARIANE VIEGAS**, Matrícula 008931, para viajarem com destino ao município de São João da Baliza, nos dias 31.12.2012 e 01.01.2013, com a finalidade de realizarem as solenidades de posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito daquele município, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 21 de dezembro de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 531/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **SÍLVIA MARIA MACEDO COELHO**, Matrícula 000043 e **PEDRO SOUZA PEREIRA**, Matrícula 000015, para viajarem com destino ao município de Pacaraima, nos dias 30.12.2012 e 01.01.2013, com a finalidade de realizarem as solenidades de posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito daquele município, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 21 de dezembro de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 532/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento das servidoras **MARIA DO PERPETUO SOCORRO BARBOSA MARQUES**, Matrícula 000041, **CAMILA DA SILVA LEITE**, Matrícula 011510 e **MEIRIELY FERREIRA DE ARAÚJO**, Matrícula 012480, para viajarem com destino ao município de Iracema, nos dias 30.12.2012 e 01.01.2013, com a finalidade de realizarem as solenidades de posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito daquele município, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 21 de dezembro de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

**ATA DA 2160ª SESSÃO, EM 21 DE NOVEMBRO 2012.
 44º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.**

=ORDINÁRIA=

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.

Às nove horas do dia vinte e um de novembro de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, realizou-se a segunda milésima centésima sexagésima Sessão Ordinária do quadragésimo quarto período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Convido o Senhor Deputado Gabriel Picanço para atuar como Primeiro Secretário.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (Gabriel Picanço) - Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Remídio Monai) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Célio Wanderley) – Senhor Presidente, o expediente consta do seguinte.

RECEBIDO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

- Mandado de Citação, do Ministério Público de Roraima para Assembleia Legislativa de Roraima, processo nº 0719217-25.2012.823.0010.

DIVERSOS:

-Ofício nº 577/12, de 19/11/12, do Instituto de Previdência

do Estado de Roraima, referente ao OF/S.L./PRES./Nº 120/12;
 -OF Nº 867/2012 do ITERAIMA, em resposta ao ofício nº127/2012/S.L./PRES.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Gabriel Picanço) – Procede à chamada.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o meu pronunciamento é mais uma vez sobre a questão do IPER-Instituto de Previdência do Estado que vem sendo debatido vários dias. Ontem nós tivemos acesso, ao resultado da Auditoria feita pelo MPS, distribuído pelo Deputado Célio, líder do Governo. A referida auditoria foi concluída em 04 de abril de 2012, quer dizer, abril deste ano. A minha explanação começa pelo final do documento de auditoria. Conclusão da auditoria. Diante dos elementos coletados e analisados nesta auditoria, e nos termos que foi descrito nessa informação, da auditoria específica sobre investimento, conclui-se que o processo de diversificação dos investimentos realizados pelo IPER no início de 2012 foi adequadamente formalizado, observando os parâmetros definidos pela resolução do conselho monetário, número tal e pela portaria do Ministério da Previdência, número tal e, portanto, encontra-se regular. Não resta dúvida diante da auditoria do Ministério da Previdência de que a política de investimento da previdência foi regular. Pois bem, mas ainda nós não estamos discutindo se o processo foi regular ou irregular. Estamos discutindo que os investimentos foram feitos em fundos inadequados e causaram prejuízos aos IPER, embora tenham sido regulares como demonstra a auditoria do Instituto de Previdência, e diz ainda aqui: Dispositivos legais relativos aos investimentos, a lei complementar nº 030 de 99, 054 de 2001, contém as seguintes disposições relativas às aplicações dos recursos dos RPPS.

Letra “a”. Os recursos devem ser geridos, segundo os princípios de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez, artigo 10 da Lei Complementar nº 054.

Portanto, no mínimo, descumpriu-se o que dizia a Lei 054 de 2001, porque se aplicou nesses fundos e o prejuízo foi tamanho. Não se observou nenhuma das recomendações da Lei 054, apesar de o processo de investimento ter sido regular, apesar do processo de investimento ter sido feito dentro das formalidades legais. Diz, ainda: o comitê de investimento é quem delibera sobre a política anual de investimento, acompanhando a evolução dos investimentos, a conjuntura econômica e define outros critérios de investimentos relativos à aplicação dos recursos do mercado financeiro.

Quem era o expert do IPER para recomendar essas aplicações, Deputado Erci? Não havia ninguém na época em 2011, foram treinados três servidores do IPER, cujos nomes estão aqui os nomes deles e abriu-se um processo licitatório para se contratar uma consultoria, e aí é onde está o problema. No ano de 2011, em 19 de abril, saiu um edital de um processo licitatório para o Instituto de Previdência contratar empresa de consultoria. O objeto do pregão compreendia informações diárias sobre o mercado financeiro, acompanhamento das aplicações do IPER, elaboração de relatórios mensais, trimestrais e anuais, análise do estudo atuarial anual, elaboração de proposta da política de investimento, reuniões trimestrais em Boa Vista com a duração de dois dias úteis, emissão de pareceres sobre consultas relacionadas à área financeiras. A licitação foi feita para contratar uma empresa que prestasse todos esses serviços. Pois bem, compareceram ao pregão as seguintes empresas: Soma Investimento de Florianópolis, com a proposta de 9.380,00 mensais, compareceram ainda as empresas Maxi Consultoria Investimentos de Goiânia, com valor de 3.500,00 mensais. Portanto, 42 mil reais por ano; e a Plena Consultoria Investimentos de São Paulo com proposta inicial de 1.500,00 mensais, totalizando 18 mil reais por ano.

Iniciada a fase de apresentação dos lances do pregão, as empresas Maxi e Plena eram as que tinham os dois preços menores. A primeira já foi desclassificada. Ficaram na disputa no pregão eletrônico disputando os preços. Pois bem, depois de sucessivos lances, a última foi declarada vencedora com a proposta de menor preço, inicial de 147,71, para prestar todos aqueles serviços, que eu falei no início. Pois foi a empresa Plena que ganhou a licitação, pelo valor de 147,71 mensais e foi homologada pelo Senhor Rodolfo de Oliveira Braga, Presidente do IPER, mais especificamente no dia 08 de junho de 2011, de acordo com a publicação no diário oficial. Isso significa, no mínimo, primeiro porque o contrato é inexecutável, a própria auditoria

do Ministério da previdência diz como é que uma empresa que vai prestar todos esses serviços, auditores vindos de São Paulo, produzindo relatórios mensais, trimestrais, com reuniões em Boa Vista, vai fazer um contrato com 147, 71, se isso não foi missa encomendada! Temos que ir buscar Deputados Flamarion, Joaquim, se os investimentos forem feitos pelo IPER, foram os investimentos recomendados pela Plena. O tribunal de Contas se mostrou surpreso com o resultado final do certame independentemente da estratégia da empresa vencedora, e pediu informações de planilha sobre a maneira que eles iriam executar esse contrato. Resposta da Empresa Plena foi acompanhada de uma planilha de custo na qual se procurou demonstrar o total de horas, de profissionais economistas, assistentes e técnicos, ela relacionou três profissionais na proposta para pagar com 147,00 por meses, envolvidos na prestação de serviço, mas as despesas com hospedagem, diária de 50,00, alimentação, correio, resultariam em um custo anual de 997,59, de acordo com a planilha a cada ano, e que diante do valor contratado de 1.772,52, que é o valor do contrato anual, ainda, permitiria à empresa obter um lucro de 774,93 no ano. Isso é brincadeira, como se as pessoas fossem idiotas, como se os auditores fossem idiotas, a população e Assembleia fossem um bando de idiotas ou próprio Tribunal de Contas do Estado. O Tribunal questionou quanto à forma que a empresa adotaria para custear as passagens aéreas, já que o contrato é claramente inexecutável. O Presidente lembrou que não foram incluídas nas planilhas de custos, porque o representante da Plena, Senhor Henrique Andrade Martins, se dispôs generosamente utilizar parte de suas milhas acumuladas num programa de fidelidade da TAM para exibição das passagens sempre que precisasse vir a Boa Vista. Eles não respeitam sequer a auditoria do Tribunal de Contas, colocam isso como se as pessoas realmente não tivesse o mínimo senso de raciocínio. A despeito da auditoria dizer que aplicação foi irregular, isso não se discute, foi irregular, agora colocar o recurso em um fundo que estava preste a falir, o mercado financeiro é o mercado cruel. Então, essa empresa se dispôs prestar essa assessoria por 1.700,00 por ano; 700 por mês, pra não ganhar nada! Pra ter prejuízo, mandando gente pra cá, mesmo com passagem de milhas, isso não existe. Nós temos que prosseguir nas investigações sobre o Instituto de Previdência e as aplicações desse fundo, inclusive, Vossas Excelências, todos vocês têm uma cópia deste relatório que estou lendo. Pra confirmar o que estou dizendo, vou ler: “ a Plena apresentou alguns relatórios mensais e avaliação de rentabilidade e pareceres, propondo a realização de novos investimentos do IPER e receber os pagamentos mensais pelos serviços prestados. Eu não acredito que venha alguém de São Paulo para receber 147,00 por um serviço prestado para o instituto de previdência. O mais grave de tudo isso, é que o governo do Estado celebrou um contrato com o Banco do Brasil no valor de 50 milhões de reais, para deixar a carteira dos servidores, pagamentos dos servidores, enfim, naquele banco. O Ministério da Previdência recomendou junto ao IPER que diversificasse as aplicações, o que foi feito junto ao Conselho do IPER, só que, desse pagamento que foi feito para o governo do Estado, parte desse recurso era pra ser destinado ao RPPS, o que não foi feito. Não sei se é porque não tem nenhum dispositivo legal propondo isso, e se não tiver vamos ainda apresentar uma proposta nesta Casa para o próximo contrato que vier a ser celebrado, no prazo de 20 anos, talvez não vamos estar mais aqui. Mas, a partir daí, o Governo que vier aplicar em qualquer Banco, e aplicar recursos no regime da previdência tem que ser depositado no fundo do regime dos servidores. É muito bom, o governo do Estado RPPS tem mais de um milhão de reais no Instituto de Previdência, o Governo chega e diz que vai deixar esses recursos na conta de vocês no Banco do Brasil. O Banco do Brasil, por sua vez, diz que: se vocês deixarem, eu dou 50 milhões; o Bradesco diz que dá 60; o HSBC dá 70. Quem faz a maior proposta, o Governo assina o contrato, injustamente, o Governo fica com todo o recurso, quando, pelo menos, parte desses recursos deveria ser transferido para o RPPS, ele não poderia agir dessa maneira, considero que isso seja apropriação indébita, porque ele está aplicando o que não é dele. Portanto, ele não tem o direito de receber os benefícios das aplicações desse fundo, ele teria que vender a parte apenas do que diz respeito à sua folha de pagamento. Acredito que seja ilegal, ou imoral, portanto, vamos propor nesta Casa, com o apoio dos Senhores, para que os recursos que forem aplicados de qualquer Banco e, se porventura os Bancos derem qualquer compensação por isso, que os recursos sejam dirigidos para o fundo dos servidores.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Deputado Ionilson, eu li atentamente o relatório dos Fiscais da Receita Federal, que foram solicitado para atender o Ministério da Previdência

Social. No que diz respeito a diversificações das aplicações da RPPS não se discute, da forma que foi feita está correta, mas se Vossa Excelência observar no final do Relatório, eles dizem, à respeito das aplicações do risco, é de uma outra auditoria que foi feita, nós não temos, é preciso que o líder do Governo solicite.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua. Está aqui, Deputado, vou ler. “ a coordenação de auditoria, propondo que se quer que as informações, obtidas nesta auditoria, sejam posteriormente analisada e consolidadas como aquelas apuradas em outras auditorias específicas de investimento e RPPS”. Ele analisou de forma genérica, agora ele quer uma mais específica, até porque isso aqui foi feita em Abril, e os fundos que quebraram, foi dois meses atrás.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Eu só quero colaborar com Vossa Excelência, a respeito do aspecto dessa outra auditoria que é o que mais nos interessa, uma vez que, na parte de diversificação, as coisas estão corretas, o fundamental agora são auditorias nas aplicações dos RPPS.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua – E mais ainda, é preciso pegarmos os relatórios e as recomendações que a empresa PLENA fez para sabermos se a PLENA foi quem recomendou as aplicações nesses Fundos que quebraram e deram prejuízo ao IPER. Isso é de fundamental importância para continuarmos apurando essa questão, e não sermos levianos.

Aparte concedido à Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Quero reforçar um pedido para que conste em ata, por favor, nós estamos debatendo essa questão há vários dias, o relatório do Tribunal de Contas. Eu leio de frente para trás e de trás para frente, ele só aponta que tem risco de perda. Um que chegou ontem aqui é anterior ao fato. Nós estamos aqui chamando as mesmas pessoas para discutir conosco, e eu continuo dizendo que nenhum de nós, eu acho, tem conhecimento técnico para analisar essa questão. Sugiro que a gente consiga encontrar um técnico isento disso tudo, que nos oriente, sente conosco e discuta de forma verdadeira essa situação para chegarmos a uma solução, se os fatos são verdadeiros ou não. Nós estamos tentando achar uma solução e não estamos conseguindo.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua – Essa questão de investimento de mercado financeiro é muito técnico, e realmente a Assembleia precisa, enquanto em alguns aspectos não precisa de assessoria de ninguém porque é muito claro, como é o caso da contratação da empresa que recomendou, isso não tem mistério.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Flamariom Portela – Eu me sinto como se alguém tivesse debochando de mim, como cidadão eu não consigo compreender uma instituição pública fazer um contrato de 147 reais por mês onde tem que mobilizar técnicos, pagar hospedagem, pagar avião, claro que, por trás disso, tem algo que determinasse que essa empresa teria que ganhar para ser um instrumento de algo, nem que tivesse até que pagar porque ela iria ganhar de outra forma para compensar. Não dá para considerar que alguém com 147 reais se desloque de São Paulo para cá para prestar um serviço. Isso é inconcebível. Vossa Excelência tem absoluta razão de que a gente possa saber reconhecer os relatórios dessa empresa para entender essa orientação técnica de aplicação de recursos e ver se ela direcionou para esses Fundos que faliram. Ou seja, a suspeita em cima do IPER só aumenta, então é dever desta Casa averiguar essa questão para zelar pelo dinheiro que pertence aos servidores públicos do Estado de Roraima.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua – Portanto, essa questão do IPER não está encerrada com o afastamento do Presidente, é preciso que possamos apurar todos os fatos que levaram a esse prejuízo na previdência dos servidores e que, se por ventura, houver culpados que eles sejam sobremaneira punidos. Obrigado.

O senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, bom-dia a todos aqui presentes. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, Deputado Brito, líder da oposição, bem que gostaria de trazer boas notícias. Nós, a oposição, sentimos prazer de sermos portadores das mazelas que o Estado vive. Mas esse é o nosso dever, aliás, é o dever de todos nesta Casa. Independente de situação ou oposição, cabe a nós, representantes do povo, eleitos para exercer o mandato com a finalidade de fiscalizar o Executivo e a boa aplicação dos recursos públicos, propor leis de interesse da sociedade. Esse é o nosso papel.

E aí, Deputado Gabriel, diante das mazelas que o Estado passa, pela má gestão, pela falta de compromisso, as denúncias chegam de enxurradas ao nosso gabinete. Diariamente, recebo em meu gabinete, na minha casa, na rua, quando se anda e encontra as pessoas, o povo pedindo

socorro, reclamando, solicitando providências desta Casa, do Ministério Público, da Justiça, para os desmandos que acontece em nosso Estado.

E eu estou aqui, Deputado Joaquim, com um abaixo-assinado de 12 de novembro, recente, do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem de Roraima, entidade filiada à CUT, em nome de seu Presidente Roberto Moraes. Este abaixo-assinado tem mais de 500 assinaturas de trabalhadores da saúde, relatando a péssima qualidade da alimentação fornecida aos Hospitais Públicos. E digo mais, Deputado Gabriel, a empresa que fornece alimentos é aquela empresa que ganhou o mega contrato de 33 milhões, a Mega food, que foi cancelada pelo Tribunal de Contas. Recursos e mais recursos foram impetrados na justiça e, de uma hora para outra, nós demonstramos aqui. O Deputado Flamariom demonstrou claramente que aquele contrato de 33 milhões, que era possível comprar aquela mesma quantidade de alimentos na mesma quantidade e qualidade com 19 milhões, que havia um superfaturamento. A justiça deu ganho de causa à empresa. E o que é pior, a empresa, no nosso ponto de vista, ganhou a licitação superfaturada e está fornecendo uma alimentação das piores.

Deputado Joaquim, eu fiz questão de buscar as fotos. Dizem que uma imagem vale mais do que mil palavras. Estão aqui as fotos da alimentação fornecida a pacientes com problemas de saúde, tanto no Hospital Geral, como na Maternidade. Os doentes, através dos parentes, estão trazendo comida de casa porque não tem condição de consumir a alimentação do hospital.

Deputado Brito, nós estivemos no Hospital Geral, constatamos a qualidade da alimentação. O Secretário de Saúde, Doutor Leocádio, naquele momento, não nos colocou para fora porque não podia, mas vontade ele tinha, ao ponto de denunciar na corregedoria da Assembleia, inclusive, alegando fatos inverídicos. Ou seja, o que é colocado é para abafar, deixar para lá. Não tem dinheiro! Enquanto isso, Senhores, a população está sofrendo. O Hospital Geral não tem leitos para atender as pessoas. Os doentes ficam nos corredores. Basta qualquer um de nós ir lá no Hospital Geral.

Eu procurei pessoas ligadas à empresa para saber o que estava acontecendo. E aí, pasmem, eu achando que a empresa era a grande culpada por ter ganhado uma super licitação. Trinta e três milhões, é muito dinheiro, dava para oferecer uma alimentação de qualidade. Pasmem, a empresa disse que está há quatro meses sem receber. Eu tive informações que a empresa já quis até entregar o contrato, que o proprietário da empresa não aguenta mais, já empenhou fazenda, casa, para tentar oferecer, mesmo de péssima qualidade, essa alimentação. E aí nos temos um orçamento, como falou há pouco o Deputado Ionilson, sendo cumprido à risca. O fundo de saúde já teve quase trezentos milhões a mais desse excesso de arrecadação enquanto a saúde vai de mal a pior.

Estão aqui as fotos, eu quero encaminhar esse material à Comissão de Saúde solicitando fazer uma visita aos Hospitais Públicos, se pudermos até os do interior do Estado, para constatarmos in loco essas denúncias. Está aqui o abaixo-assinado com mais de 500 assinaturas de servidores e usuários do sistema de saúde. Estão pedindo da Comissão de Saúde, do Ministério Público, da Secretaria de Saúde, providências.

E aí, Deputado Joaquim Ruiz, a gente vai um pouco além. Eu tive a curiosidade de saber como é que está funcionando a Maternidade. Não é diferente! A alimentação na Maternidade é tão ruim, como a que está sendo oferecida no Hospital Geral. O suco oferecido dentro da Maternidade, hoje em conversa com um técnico de enfermagem que trabalha lá, falou que é suco de pacote, não é suco natural. Há dois dias que oito mães permaneciam nos corredores em cadeiras, porque não tinha leite. Ontem tinha duas. Ou seja, me parece que é geral.

Deputado Brito, eu não vou nem citar a situação precária do interior do Estado. As pessoas que pegaram TFD. Hoje, falei com um grupo de pessoas que estão em São Paulo, se encontram abandonados. A Secretaria bota a culpa na representação, que bota a culpa na secretaria. E termina as pessoas não recebendo a sua ajuda de custo. Pessoas com 10, 15 dias que já receberam alta, para voltar para o Estado, mas não têm a passagem. E ficam lá, às próprias custas, sobrevivendo de cotas para ter direito a uma alimentação. E o valor de uma estadia, por menor que seja, em São Paulo é algo em torno de 1.300,00 a 1.500,00.

Ou seja, Senhores, não podemos fechar os olhos para essa situação calamitosa da nossa saúde. Pegaram um super secretário e o colocaram à frente para resolver essa questão da saúde. Mas não vejo nada avançar. Que diga Deputado Joaquim, os servidores da saúde que vieram para esta Casa, foram para as ruas pedindo o seu plano de cargo e salário e nada avançou, nenhum sindicato foi chamado para discutir.

Ou seja, nem promessa de plano de cargo e salário, retiraram a GAM, houve uma pressão, um entendimento para que viesse o plano de cargo e salário, Vossa Excelência fez um esforço, foi até o Acre, trouxe o plano do Acre, tentou intermediar junto à Secretaria de Saúde, mas não há boa vontade por parte do governo, que continua desrespeitando o Ministério da Saúde por não implementar o plano dos servidores.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – O funcionário é a peça fundamental na estrutura da saúde, entretanto a saúde de Roraima realmente está difícil. Se analisarmos a situação caótica da saúde no Brasil, o SUS é o melhor sistema que se criou no mundo, é exemplo para outros países, o problema é que o sistema não funciona se não tiver recursos. Hoje o hospital da Criança está numa situação crítica, buscando encontrar uma alternativa para viabilizar a situação. O prefeito nada pode fazer sem recurso disponível na área da saúde, mesmo ele aplicando acima do limite estabelecido pela lei. O limite das prefeituras do interior, já fui prefeito, a média de uma receita como a do município de Iracema gira em torno de 300 mil reais mensais entre ICMS e FPM, é preciso aplicar 15%, dá 45 mil, como é que eu vou colocar médicos, manter a saúde? O PSF libera recursos para contratar médicos de 5 mil reais, o Ministério Público Federal exige que seja respeitada a lei do Programa da Saúde da Família, que o médico tem que ser exclusivo, que o enfermeiro tem que ser exclusivo, como é que eu vou ter um enfermeiro exclusivo com dois mil e poucos reais? Um dentista com 2.400 reais? Os prefeitos estão sendo condenados, estão sendo chamados de ladrão. Por improbidade administrativa, não tem como cumprir isso. Aí, o governo federal empurra as coisas para os Estados e municípios, e a corda arrebenta no mais fraco, nos prefeitos, quem paga a conta é o povo. Se você pegar a gestão da Presidenta Dilma, cuja aceitação é lá em cima, mas a saúde é um caos no Brasil, não é só aqui. Não estou aqui fazendo defesa nem do governador nem do governo, estou colocando o retrato do caos da saúde pública no Brasil. A Comissão de Saúde tem pedido, através da mídia, eu recebi esse documento dos enfermeiros, estive com o secretário de saúde a quem coloquei o problema, não levei a relação para que ele não verificasse os nomes para que depois não se transformasse, mesmo eu acreditando no estilo dele duro de gerenciar, de gestor, ele não é do estilo perseguidor, questionei-o sobre os 483 enfermeiros, respondeu-me que a situação é caótica, agora, ao mesmo tempo, tem que resolver o problema do Hospital da Criança, porque a área pública de saúde pede socorro. Para a nossa, aqui, já pedi socorro há muito tempo. Mesmo o Estado investindo 21%, mas é para investir apenas 12%, vejam como está o caos na saúde. Sabe-se que em todos Municípios vai faltar médicos. Então, dizer que nós vamos contratar médico com quatro mil e quinhentos reais, e dar uma complementação pela prefeitura acima de dois mil e quinhentos, é hipocrisia. Não vamos ter médicos exclusivos nos Municípios, e nenhum prefeito, que vai entrar, vai querer assinar uma coisa dessa para ser punido pelo Ministério Público Federal. Então, diante dessa situação o Governo Federal brinca que resolve o problema. Antigamente, a gente contratava um médico, ele atendia dois dias, para receber os quatro mil e quinhentos, cinco mil reais. Hoje, o Ministério Público Federal exige que seja exclusivo. Então, é brincadeira o que se faz com o serviço público. Dessa forma nós não vamos contratar ninguém. O que vai acontecer é que não vai mais funcionar o Programa da Saúde da Família em todo Estado de Roraima. Não será mais possível contratar dentistas, médicos e enfermeiros pelo salário pago, e pela exigência cobrada pelo Ministério Público dos Municípios e Estado. O certo seria cobrar do Governo Federal, mas não... a corda só arrebenta do pequeno. Obrigado por Vossa Excelência me conceder a oportunidade de contribuir com seu discurso.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua. - Eu já vim a esta tribuna cobrar providências do Prefeito, Prefeito esse que foi um péssimo cabo eleitoral no pleito anterior, deixou a desejar, do meu ponto de vista, tem culpa. O Gestor tem culpa! Dinheiro tem! Talvez não seja o necessário, mas a prioridade não é a população. Na própria Prefeitura tinha gente ganhando trinta mil reais, sendo gafanhoto, tem gente no Hospital Santo Antônio ganhando quinhentos reais, com salário atrasado há 4 meses. Então é questão de prioridade, o que falta é compromisso e vergonha na cara de muita gente no Estado, e nos Municípios também. O governo do Estado não transfere os devidos recursos para os Municípios, não estou defendendo o Prefeito aqui, não. A população já deu o recado para ele, assim como deu em São Luiz do Anauá, em Rorainópolis e em outros Municípios onde os Prefeitos não conseguiram sequer eleger seus vereadores e muito menos seus candidatos a Prefeitos.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra – Parabéns

pela iniciativa que Vossa Excelência tem nesta casa, pelo posicionamento em defesa do povo do nosso Estado. Mas a pergunta que o povo os faz, que, coo políticos, deveríamos responder, e hoje não sabemos responder, em quem eles devem confiar? De quem cobrar? Como cobrar? E principalmente quem vai resolver? São essas perguntas que estão na cabeça das pessoas do nosso Estado, do leigo ao Doutor, todos estão se sentindo desgovernado, tendo a política desacreditada. A situação, como você colocou aqui, a Secretaria de saúde do município não está funcionando, o Hospital da Criança fechou, a Secretaria de Estado da Saúde está com problema, a alimentação é de péssima qualidade, culpa é da Mega Food, mas o senhor acabou de dizer que o empresário está com 4 meses que não recebe. Eu sei que não há empresário que consiga se manter se o Governo não pagar. O Deputado Ionilson Sampaio usou a tribuna para denunciar que existe irregularidade no IPERR, de onde todo dia chega relatório, um menos esclarecedor que o outro, debatendo, cobrando da Comissão de Orçamento, cobrando da Presidência da Casa um técnico que não chega. Na rua a gente escuta o povo dizer: “aquilo lá é só enrolação.” a gente não aguenta mais, o Governo Federal tem culpa, não repassa recursos suficientes para suprir o Programa Saúde Família. O Governo do Estado tem culpa, gosta de provar do mel mas não gosta de consumir fel, quando há problema aqui ele está em outro país, quer dizer que quando aqui está bem, é para fazer a festa, que é para eleger os candidatos deles, que o dinheiro público está rolando, ele está aqui. Agora, quando a população está sem alimentação, saúde, educação e segurança, ele está no exterior. O que nós vamos dizer ao nosso povo quando eles perguntam? Nós vamos continuar cobrando, nós vamos trabalhar para que as coisas melhorem, mas as coisas nunca melhoram. Quero deixar essa reflexão, por que eu também não sei responder! Não vou dizer que me mataram na canseira, pois o Deputado Célio, com mais de 20 anos na Casa, não viria mais aqui! Todos os dias, tal como vossa excelência, Deputado Flamarion, também ocupo a Tribuna, damos entrevistas à imprensa pública, mas nada acontece, todas as pessoas que cometem irregularidades continuam no poder. Ontem, chegaram ao meu gabinete dois produtores, desentossados da Raposa/Serra do Sol, e disseram que sabiam das pessoas que compraram terras do Secretário de Estado, compraram títulos. Outro falou aqui que um título de posse custa 20 mil reais, o Deputado Mecias falou, e as coisas não acontecem! Então, deixo uma reflexão à classe política, em especial aos meus colegas Deputados e Deputadas aqui presentes. Será que é assim que nós devemos continuar? Será que esta Casa não tem como tomar um posicionamento firme, mais enérgico diante da incompetência para assumir este Governo peça intervenção federal, peça alguém de fora, e bote na cadeira, é vergonhoso ser político neste Estado, seja de situação ou de oposição, mais ainda de situação. Muito obrigado!

Aparte concedido ao Senhor Deputado Gabriel Picanço. - Parabéns pelo seu pronunciamento. O interior do Estado não é diferente, não tem alimento, os doentes que ficam internados naqueles hospitais tem que levar seu alimento de casa, que não é recomendado pelo Ministério da Saúde. Por isso que eu fiz aquele projeto de lei que o Estado tenha a responsabilidade de pagar suas faturas por ordem de chegada na Secretaria de fazenda. Se já fosse lei não estaria 3 meses sem receber, e isso serve para todas as empresas, o Estado tem que se adequar e saber que o Estado foi criado não para dar calote nos empresários, ele foi criado para ser parceiro dos empresários e desenvolver o Estado, é para isso que existem as leis. Obrigado!

Aparte concedido à Senhora Deputada Aurelina Medeiros. - O seu tempo já esgotou. E sobre o que eu tenho a dizer merece um tempo maior. Acho que você está certo. As coisas vão mais além, eu quero defender o Prefeito, o Hospital Santo Antônio está fechado. Quanto é que ele recebe por mês? O que é que ele faz? O que o Governo Federal está mandando para cá? E se o Governo Federal está fazendo tudo que é obrigação dele com recursos do SUS, que nós pagamos, onde está esse dinheiro? Será que está pagando salários de trinta mil reais na Prefeitura, acima do salário do Presidente da República, do Ministro do STF, porque se for é doido. Não acredito que seja. Então, tem uma série de coisas que, às vezes, como diz o Deputado Brito, a gente vai para a tribuna e o povo cansa. O que é TFD? Quem paga o TFD? A representação do Estado tem alguma coisa a ver com TFD? Representação da Prefeitura tem alguma coisa a ver com TFD? Pelo Programa de Saúde da Família, o Governo Federal repassa dezessete mil para uma Prefeitura que está fechando as portas, e aí? Então, as discussões são mais profundas, e por isso, às vezes, nossas palavras cansam as pessoas. Obrigada.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua – Deputada Aurelina, se não tivesse tanto gafanhoto no Governo e na Prefeitura,

essas operações aí não existiriam. A polícia Federal foi na Prefeitura, onde fez várias prisões, não fui eu que inventei não. Estão aí na justiça os processos. TFD, é a Secretaria de Saúde que paga, o TFD em São Paulo, os pacientes estão abandonados, que não conseguem sequer falar com o Secretário de Saúde ou com o Governo para pedir uma ajuda de custo, e o Governo do Estado manda procurar a representação. Sabemos que boa parte dos servidores da Representação, são fantasmas, todos sabem disso, portanto, não tem como dar suporte às pessoas que estão em tratamento lá em São Paulo. Na próxima semana, vou trazer os nomes de grupos de pessoas que estão abandonadas em São Paulo, Maranhão e Brasília, pela secretaria de saúde. O governo continua mandando eles procurarem as representações, mas eles não encontram apoio nenhum e o governo ainda fica devendo explicações para essas pessoas, tentando culpar a representação, a saúde, o único prejudicado é o cidadão que está precisando de tratamento de saúde. Obrigado.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros pede uma questão de ordem – Senhor Presidente, acabamos de receber uma comunicação do IPER, em relação ao convite feito, para que o técnico integrasse a nossa Comissão para analisar uns fatos, tratando da impossibilidade de esse técnico vir para a Assembleia compor a Comissão, portanto, gostaria que Vossa Excelência colocasse em seguida, quando for o momento adequado, a convocação desse técnico, e não um convite, para dar apoio a Comissão nesta Casa.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, trouxe ontem, cópia de um contrato firmado por uma empresa que estava propondo arrendamento de uma área na região do Urubuzinho. A empresa de nome Samunai Bureal – ME, consta o CNPJ, e no contexto, anexo ao contrato, uma agência do Branco do Brasil, e o número da conta. Pois bem, para eu descobrir de quem é a conta, para ver onde estamos e qual é a situação. Aqui o contrato é sugerido de arrendamento com uma empresa, o número da conta sugerida, e eu fiz um depósito na conta, gastei cem reais para descobrir o nome da pessoa da conta. Pasmem os senhores, a conta em que fiz o depósito é em nome de pessoa física, e não da empresa. A sugestão do contrato é com o nome da empresa, apresenta um número de conta no Banco do Brasil, mas quando se faz o depósito, o nome que aparece lá é LUIZ VALDEMAR ALBRECHT, quer dizer, o contrato é sugerido com uma pessoa jurídica, mas, a conta que sugere para que os proprietários de terra façam o depósito é de uma pessoa física, do senhor Luiz Valdemar Albrecht, ou seja, é do Procurador Geral do ITERAIMA. Deputado Naldo, volto a dizer o que disse ontem! se a minha vó estivesse viva, diria que o fim do mundo está começando por Roraima. Isso aqui é um deboche, é um escárnio, é um desrespeito, você propõe um contrato com uma empresa, mas o depósito é de uma pessoa física. E essa pessoa física é coincidentemente o procurador do ITERAIMA. Meus amigos, meus caros Deputados, eu nunca vi tamanha aberração, sinceramente nunca vi tanta ousadia, nunca vi tanta pretensão. Confesso para os Senhores, eu fiquei chocada. Aqui está o recibo do depósito feito no Banco do Brasil na conta sugerida no anexo do contrato. Eu não sei mais o que pode vir, eu não sei mais o que nos espera. Agora, há pouco, o Deputado Ionilson mostrou aqui um contrato que uma empresa celebrou com o IPER no valor de cento e quarenta e sete reais mensais. É outra coisa inaceitável, absolutamente inexecutável. Porém, mais uma vez, vou demonstrar que o Estado de Roraima não tem falta de recursos, pois já recebeu neste mês de novembro, no dia 20, noventa e oito milhões e novecentos mil reais. E a projeção é de trinta e cinco a trinta e seis milhões para o dia 30. E, nós vamos alcançar aproximadamente cento e trinta e cinco milhões. É a segunda maior transferência dos 11 meses, perde apenas para o mês de fevereiro. Cadê o duodécimo dos Poderes, Deputado Célio? Continua se alegando que é falta de dinheiro, enquanto este mês, nós vamos superar 10 meses de arrecadação somente de FPE. Teremos no mês de novembro o segundo maior repasse de FPE para o Estado de Roraima. Como é que, com transferências menores em outros meses, não houve atraso. Então, mais uma vez, está comprovado que não é falta de recursos. Primeiro, a Assembleia aprovou por Mensagem Governamental uma transferência de novecentos e trinta e um milhões de FPE para o ano de 2012. Nós vamos chegar a quase um bilhão e trezentos milhões possivelmente, ou seja, 35% acima do que foi programado, do que foi aprovado e do que é lei. O Governo projetou um crescimento de 60%, mas está dando apenas 35%, sabe por quê? Porque, em 2011, foi 87% a maior do que foi aprovado por esta Casa, pois esta Casa aprovou 843 milhões e foi arrecadado de FPE um bilhão e meio. Este ano, o Governo projetou um bilhão, quinhentos e vinte e dois, ou seja, ele imaginou que no ano passado

teve 87%, e que este ano teria 60%. E este Estado já empenhou este ano dois bilhões e meio de reais. Que falta de dinheiro é essa? Portanto, mais uma vez, a Carta maior deste País é desrespeitada, frontalmente, pelo governante deste Estado. É tão sagrado, que não existe precedente neste Estado como a atual situação da Prefeitura de Boa Vista. Essa, sim, porque além da queda natural por incentivos fiscais, houve uma redução de 60% do seu índice, esse sim tem uma justificativa. Liguem para o Presidente da Câmara Municipal e perguntem se houve atraso no duodécimo daquele Poder. É uma crise sem precedente, até o hospital está sofrendo. Mas, o duodécimo da Câmara está depositado. E, aqui, o Poder Legislativo só recebeu 35% do seu duodécimo. Portanto, um terço daquilo que deveria chegar a este Poder. E quando nós vamos receber os nossos salários? Quando os servidores vão receber os seus salários. Quando vamos receber a metade do nosso décimo terceiro salário? Não dá mais para conviver com isso. O Deputado Brito tem razão, a corda está quebrando, quem vai se arrebentar eu não sei, mas vai estar arrebentando.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra – Deputado Flamarion, novamente Vossa Excelência usa a Tribuna para esclarecer a real situação em que se encontra o Estado de Roraima. Concordo plenamente quando Vossa Excelência diz que estamos mensalmente batendo record de arrecadação, nós estamos aí com o Fundo de Participação do Estado em crescimento. Nós temos, sim, nas empresas aqui do estado, sobretudo do segmento terciário, que é o comércio, fiscais da Secretaria do Estado da Fazenda, arrecadando, além de ter já modalidades de arrecadação antecipada, estão dentro dos comércios buscando recursos sob o argumento de que o Governo do Estado não tem dinheiro sequer para pagar os salários. Mas, veja bem, é provado e comprovado que existem recursos e ao mesmo tempo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, imprensa, está decretada a falência múltipla dos órgãos governamentais. O ITERAIMA está sob um manto de corrupção tremenda, pairando muitas dúvidas no IPER, a mesma coisa com o dinheiro que nem do Governo é. E outros órgãos que estão sendo denunciados. É hora de convidarmos este Governador sob a proteção desta Casa para vir prestar esclarecimentos aqui, apontar a causa para não ter dinheiro. Temos que convocar esse homem que parece estar blindado, parece que tem mais força do que o nosso Pai Eterno. Vossa Excelência disse que a corda está quebrando, essa corda já está quebrada, é porque alguém está segurando em alguma coisa. Mas, está quebrado o nosso Estado, está quebrada a corda, e o povo está sofrendo. E eu digo uma coisa nós também vamos morrer, porque somos culpados se não no todo, mas em parte. Fomos eleitos para defender o povo, e não estamos fazendo um bom trabalho, porque o povo continua sofrendo e continua nos cobrando. Parabéns a Vossa excelência e, eu faço um Requerimento para que o Governador venha aqui prestar esclarecimentos, sobretudo a essa crise sem precedentes no nosso Estado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua – Obrigado, Deputado Brito, concedo um aparte ao Senhor Deputado Soldado Sampaio.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – Vossa Excelência apresentou no seu discurso de ontem o número de uma conta que era para depositar um valor referente a um contrato. Aí Vossa Excelência depositou um valor nesta conta, no extrato apareceu o nome do Senhor Valdemar. E, ontem, às 22h recebi um convite para visitar um trabalhador, acho que ele deve estar aqui no Plenário, o seu Gilmar mora em frente ao Brigadeiro, numa área há mais de dez anos e produz a ponto do ex-Governador Ottomar ter tido a curiosidade de ir até seu sítio para saber qual era a mágica para produzir aqueles alimentos com tanta qualidade. O Brigadeiro prometeu dar a posse das terras para esse cidadão. Recentemente o Governador também foi lá, prometeu dar terras para esse cidadão. Agora, esse cidadão que mora há mais de dez anos nessa área de cinco hectares, recebe de maneira intimidatória, a mando do seu Valdemar, aviso para ele se retirar da casa, caso contrário, um trator passará por cima da casa dele. E o que está claro, Deputado Flamarion, é que esse Valdemar responde a vários processos na justiça e, quer agiotar as terras desse pai de família. Ele já foi na delegacia, no Ministério Público, já falsificaram a assinatura desse trabalhador rural, fizeram contrato de locação similar a esse aí, no nome desse cidadão, falsificando a assinatura deles. Ele foi na delegacia registrar boletins de ocorrência, ou seja, me parece que tem uma verdadeira quadrilha no ITERAIMA. Após a Sessão, vou lá, quero olhar no olho dele, vou fazer algumas indagações com relação a essas falsificações de documentos. E quem é ele para tirar o trabalhador de suas terras, onde mora há mais de dez anos, produz. Está claro para mim, está claro nos documentos que ele quer tirar esse trabalhador de sua terra para vendê-la para alguém, pois já tem até um comprador. E disse mais, que aquele trabalhador não

merecia e não tinha as qualidades para morar numa área daquela, que era uma área nobre, dentro da cidade.

Deputado Flamarion, são enxurradas de denúncias nos órgãos competentes, e nada acontece. Então, Deputado, obrigado pelo aparte, mas acho que nós não podemos desistir, temos que continuar fazendo o nosso trabalho em favor de um futuro melhor para as crianças deste Estado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Obrigada, Deputado Sampaio, concedo um aparte ao Deputado Gabriel Picanço.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Gabriel Picanço – Obrigado, Deputado Flamarion, Senhor Presidente, demais colegas, concordo com Vossa Excelência, Deputado Brito, prepararmos o Requerimento que eu assino com Vossa Excelência, convocando o Governador para prestar esclarecimentos sobre os desmandos que estão acontecendo no Estado de Roraima. O Senhor Valdemar não deve ser dono de Roraima, ele deve ter algum lote aqui ou ele deve estar sendo blindado pelo Presidente do ITERAIMA ou pelo Governador. É necessária a presença do Senhor Valdemar aqui, para nos dizer quem é o padrinho dele, porque ele está dividindo o dinheiro que está depositado pelo contrato da empresa na conta dele. Ele não pode fazer isso, tem que ter a intervenção da Polícia Federal, esse dinheiro é do Governo Federal, também chamar o Ministério Público Estadual para intervir no ITERAIMA, para descobrir essa quadrilha que se formou lá dentro, conforme denúncia todo dia, e a gente não dá conta mais em defender o povo. Não somos advogados. O governo, os poderes não estão tomando as devidas providências. Por isso, Deputado Flamarion, gostaria, junto com Vossa Excelência, dizer ao Deputado Brito que faça o Requerimento que assino com Vossa Excelência.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua – Obrigado Deputado Gabriel Picanço. Senhores, cada um de nós tem que fazer seu papel. Se, no processo eleitoral, o povo me colocou na oposição, faço oposição não ao governador, sou oposição às ações erradas do governo, aos atos e procedimentos do governo, portanto, faço distinção nesta Casa entre o Institucional e o pessoal, mas, vou continuar fazendo meu papel com a maior tranquilidade possível, com a maior paz de espírito, estou consciente do que devo fazer, mesmo com o Governador indo aos meios de comunicação me xingar, nas vilas onde ele vai e me xinga, que cumpra o seu papel institucional, que eu vou cumprir o meu. Estou muito contente com o que estou vendo no Plenário desta casa, as pessoas estão começando a se tocar, a sociedade está cobrando de nós mais altivez, mais providências. A sociedade espera a nossa resposta, pois somos os verdadeiros e legítimos representantes da sociedade roraimense, que nos autorizou a trabalhar, defender, a falar, a lutar pelo interesse geral, do conjunto da sociedade. Portanto, vamos continuar com a mesma determinação, nada vai nos intimidar, muito menos um governador como este, que realmente parece não ter compromisso nenhum com o Estado. Estamos aqui, na maior crise, os poderes sem o seu duodécimo enquanto ele está em Istambul, antes da novela mostrar a Turquia, ele já está lá curtindo. Não dá, isso é debochar da nossa cara. Quando se propõe a trabalhar, enfrentar as dificuldades, podemos fazer isso junto, pelos interesses superiores e maiores do Estado, mas não na mesquinhez, não na coisa baixa. Nós procuramos manter um nível de respeito, e tratá-lo com esse nível, e vamos observar esse nível, mesmo o governador se apequenando. Nós aqui, enquanto Poder, não devemos nos apequenar, também eu me considero um cara superior ao Anchieta Júnior. Obrigado.

O Senhor Presidente Deputado (Coronel Chagas) – Não havendo mais nenhum Deputado para se pronunciar, passaremos para a Ordem do Dia. Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 049/12, que “requer encaminhar ao Dr. Alex Albert Rodrigues, Coordenador-Geral da Auditoria, Atuária, Contabilidade e Investimentos do Ministério da Previdência, a realização de Auditoria Geral no Instituto de Previdência do Estado de Roraima, considerando que o Poder Executivo não vem repassando àquele Instituto as quotas patronais dos servidores da Secretaria de Saúde, retendo a parte do segurado sem o devido recolhimento, bem como o não pagamento dos parcelamentos de dívidas efetuadas com aquele instituto no corrente exercício financeiro”; Requerimento nº 050/12, que “requer, após ouvido o Plenário, convocar o servidor do IPER, senhor RIGOBERTO ARAÚJO DE MORAIS para participar da Comissão Especial Externa, criada para acompanhar a equipe técnica que analisará e emitirá parecer aos relatórios, apresentados pelo IPER”; e, Resolução nº 023/12, que “cria a Comissão Especial Externa que analisará e emitirá parecer aos

relatórios apresentados pelo IPER”.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 049/12.

O Senhor Primeiro Secretário Deputado (Chicão da Silveira) – Lido o Requerimento.

O Senhor Presidente Deputado (Coronel Chagas) – Em discussão o Requerimento. Não havendo nenhum Deputado que queira discuti-lo, submeto-o à votação. Declaro aprovado o Requerimento nº 049/12.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Ofício nº 867/2012, encaminhado pela Presidência do ITERAIMA, em resposta ao Ofício nº 127/2012/S.L./PRES, deste Poder.

O Senhor Primeiro Secretário Deputado (Chicão da Silveira) – Lido o ofício.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede uma Questão de Ordem – Senhor Presidente, a Assembleia enviou ofícios convidando autoridades do DETRAN e do ITERAIMA para comparecerem a esta Casa. No caso do ITERAIMA, eles enviaram este ofício, solicitando um prazo de quinze dias para comparecer aqui, gostaria de saber da assessoria, se esse prazo tem amparo legal ou se nós podemos aqui, estabelecer um prazo?

O Senhor Presidente Deputado (Coronel Chagas) – Senhor Deputado, trata-se de um Requerimento para uma sabatina, não para uma simples explicação. Então, tanto da parte do DETRAN, quanto da parte do ITERAIMA, houve uma solicitação por parte do Presidente do DETRAN, conforme me foi informado ontem, solicitaram prorrogar prazo para que eles se preparem e apresentem o Plano de Metas para o exercício do ano seguinte. Então, em razão disso, o Presidente Chico Guerra, ontem, teria deferido o Requerimento do DETRAN, e hoje, chegou esse ofício do ITERAIMA. Vejam bem, esse Requerimento foi feito, observada a Resolução nº 001/12, que estabelece que além de prestar esclarecimentos sobre a sua gestão, eles têm que apresentar seu Plano de Metas para o próximo ano, e convenhamos, para preparar isso em dois ou três dias, a explanação daquela autoridade, com certeza será prejudicada. Então, acho que é uma questão até de bom senso.

Gostaria de informar a todos, que esta Casa recebeu um expediente do IPER, cuja leitura solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder.

O Senhor Primeiro Secretário Deputado (Chicão da Silveira) – Lido o Ofício.

O Senhor Presidente Deputado (Coronel Chagas) – Bem, esse expediente do IPER informa que eles estão deixando de apresentar um técnico daquela instituição que tinha sido convidado para acompanhar os trabalhos da Comissão de Orçamento. Então, tendo em vista essa recusa, pelos argumentos colocados, recebemos agora, na Mesa, um Requerimento, convocando aquele servidor. Agora, caso aprovado por este Plenário, não será mais um convite. Portanto, solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda a leitura do Requerimento nº 050/2012.

O Senhor Primeiro Secretário Deputado (Chicão da Silveira) – Lido o Requerimento.

O Senhor Presidente Deputado (Coronel Chagas) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 050.

O Senhor Primeiro Secretário Deputado (Chicão da Silveira) – Lido o Requerimento.

O Senhor Presidente Deputado (Coronel Chagas) – Em discussão o Requerimento. Não havendo nenhum Deputado que queira discuti-lo. Em votação. Dou por aprovado o Requerimento nº 050/12.

O Senhor Presidente Deputado (Coronel Chagas) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura da Resolução nº 023/2012, que cria a Comissão Especial Externa.

O Senhor Primeiro Secretário Deputado (Chicão da Silveira) – Lida a Resolução.

O Senhor Presidente Deputado (Coronel Chagas) – Em discussão a Resolução. Não havendo nenhum Deputado que queira discuti-la. Em votação. Dou por aprovada a Resolução nº 023/12.

Está encerrada a Ordem do Dia. Passaremos, agora, para o expediente de Explicações Pessoais. Não havendo que queira usar do expediente de Explicações Pessoais, e mais nada a tratar, declaro encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 22 de novembro, à hora regimental. Estiveram presentes durante a Ordem do Dia os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jânio Xingu, Joaquim Ruiz, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, e Soldado Sampaio.**
 Aprovada Ata Sucinta em: 22/11/2012

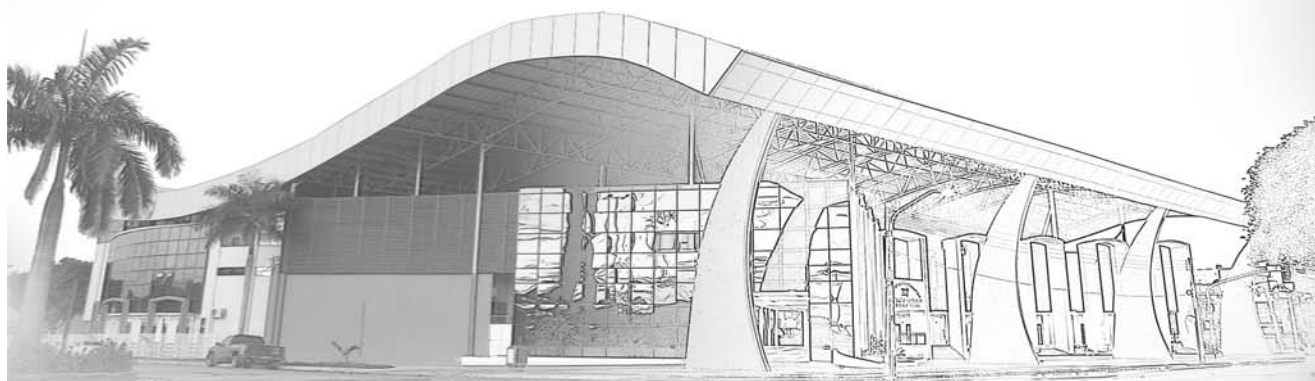


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RORAIMA

“Porque um menino nos nasceu, um filho se nos deu, e o principado está sobre os seus ombros, e se chamará: Maravilhoso, Conselheiro, Deus Forte, Pai da Eternidade, Príncipe da Paz”. (Isaías 9.6)

Que o propósito do nascimento de Jesus Cristo seja lembrança constante em todos os lares roraimenses.

*Um Feliz Natal
e um 2013 de muita Paz!*



Mesa Diretora da
Assembleia Legislativa do Estado de Roraima